

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 026

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE MARÇO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 007ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
26 DE MARÇO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados José Maria Ferreira e Antonio Anibelli.

Às dezoito horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 586

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, a votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 26.03.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente, solicitando a votação em bloco das proposições constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Aprovado.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforma avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 003/2000, veto aposto ao Projeto de Lei nº 087/99, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que especifica ao município de Primeiro de Maio. **COM RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/SEEG Nº 387/99

Curitiba, 21 de dezembro de 1999.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 292/99, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 087/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista que o imóvel cuja doação é pretendida, poderá vir a ser utilizado por órgãos da própria Administração Estadual ou transferido ao Sistema de Previdência Estadual, na forma da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 087/99 encontra-se publicado no DA nº 185/99, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO Nº 003/2000
PROJETO DE LEI Nº 87/99

P A R E C E R :

O Veto 03/2000 ao Projeto de Lei nº 87/99, de autoria do deputado Beto Richa, que autoriza o poder Executivo a doar imóvel ao município de Primeiro de Maio para a construção de escola municipal, está proposto na forma do que prescreve o artigo 71 do Regimento Interno, artigo 215 e § 2º do artigo 247 do Regimento Interno.

Isto posto, sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, emitimos nosso Parecer Favorável à tramitação do Veto 03/2000 ao Projeto de Lei 87/99.

Sala das Comissões, em 22.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 005/2000, veto aposto ao Projeto de Lei nº 507/99, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a doar um lote de terreno do governo do Estado, para o município de Santo Antonio do Paraíso. COM RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 385/99

Curitiba, 21 de dezembro de 1999.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 256/99, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 507/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista que o imóvel cuja doação é pretendida, poderá vir a ser utilizado por órgãos da própria Administração Estadual ou transferido ao Sistema de Previdência Estadual, na forma da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 507/99 encontra-se publicado no DA nº 135, em 07.10.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO AO PROJETO DE LEI Nº 507/99

P A R E C E R :

Do Projeto

De autoria do deputado Geraldo Cartário, o presente projeto de lei visa doar ao município de Santa Antonio do Paraíso lote de terreno com o objetivo de instalar o Parque Industrial do município.

Do Parecer

O projeto de lei foi vetado pelo chefe do Poder Executivo, tendo por justificativa "que o imóvel poderá vir a ser utilizado por órgãos da própria administração estadual ou transferido ao sistema previdenciário estadual".

O artigo 215 do Regimento Interno, asseverar, que os projetos devolvidos à Assembléia, com veto parcial ou total do governador serão distribuídos à comissão competente, segundo os fundamentos do veto, a qual emitirá parecer dentro do prazo improrrogável de dez dias". A proposição recebida em 17.02.2000, se encontra, pois, dentro do prazo legal e regimental, estando em condições de ser apreciada pelo plenário da Assembléia Legislativa, nos termos legais.

Sala das Comissões, em 22.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHA - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 006/2000, veto aposto ao Projeto de Lei nº 434/99, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar uma área de terras a prefeitura municipal de Arapoti. COM RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 384/99

Curitiba, 21 de dezembro de 1999.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 228/99, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 434/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista que o imóvel cuja doação é pretendida, poderá vir a ser utilizado por órgãos da própria Administração Estadual ou transferido ao Sistema de Previdência Estadual, na forma da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 434/99 encontra-se publicado no DA nº 146/99, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 006/2000

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 434/99 de autoria do deputado Hermas Brandão que autoriza o Poder Executivo a doar uma área à prefeitura municipal de Arapoti.

Chamada esta comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de Parecer Favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.02.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente em Exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 010/2000, veto aposto ao Projeto de Lei nº 100/99, de autoria do deputado Luiz Accorsi que autoriza o Poder Executivo a transferir a doação de imóvel concedida pela Lei nº 642, de 07 de abril de 1951. COM RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 414/99

Curitiba, 28 de dezembro de 1999.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 285/99, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 100/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a transferir para o Grupo da Fraternidade espírita Irmão Bezerra de Menezes, a doação de terreno concedida pela Lei nº 642, de 07 de abril de 1951, tendo em vista a incorporação da Sociedade Operária Beneficente Guaíra pela referida entidade.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado da Administração, através da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, de que o imóvel em questão está sob procedimentos de reversão ao patrimônio estadual, porque a entidade donatária, Sociedade Operária Beneficente Guaíra, descumpriu condições resolutivas gravadas em face da

Lei nº 642/51, tendo inclusive, abandonado o referido imóvel.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 100/99 encontra-se publicado no DA nº 015/99, em 16.03.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO - VETO Nº 010/2000

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 100/99 de autoria do deputado Luiz Accorsi que autoriza o Poder Executivo transferir a doação de imóvel concedida pela Lei nº 642, de 07 de abril de 1951.

Chamada esta comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de Parecer Favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Solicito ao senhor 1º Secretário a Chamada Nominal para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (José Maria Ferreira)

Procede a chamada para votação, dos senhores deputados.

Continua a Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Herma Brandão)

Votaram 32 deputados.

Solicito deputado Duílio Genari, Cesar Seleme e Herma da Fonseca para excrutinarem os votos.

Pela manutenção do veto: 23 (vinte e três) senhores deputados.

Pela não manutenção do veto: 8 (oito) senhores deputados.

Branco: 1(um).

Ficam mantidos os vetos do Item 1, Item 2, Item 3, Item 4.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 004/2001, de autoria do Comissão Parlamentar de Inquérito de Medicamentos. APROVA RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DOS MEDICAMENTOS. COM PARECER FAVORAVEL DA COMISSÃO

PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DOS MEDICAMENTOS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 04/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Medicamentos, constituída pelo Ato do Presidente nº 04, de 13 de abril de 2000.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.03.2001.

(aa) LUIZ ACCORSI

Presidente da Comissão Parlamentar
de Inquérito de Medicamentos
ANTONIO CARLOS BELINATI

Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.